

1.º relatório do Projeto à FUNAI

I RELATÓRIO PARCIAL DAS ATIVIDADES DO "PROJETO DE EMERGÊNCIA PARA A COORDENAÇÃO DA SAFRA DA ~~CASTA~~ CASTANHA DE 1976 PELOS ÍNDIOS GAVIÕES DE OESTE DO PI MÃE MARIA (PA)"

No projeto de emergência aprovado por esta Fundação em novembro p.p. - que constitui, conforme apresentado, a primeira fase do Plano Integrado de DC Gaviões-Surui - levantamos a necessidade urgente de apoio a uma etapa fundamental da transição (passagem) já em curso na vida da comunidade em questão, acionada a partir de uma esfera econômica - a produção da castanha, dimensionada pela e para a comunidade, com vistas ao "arranque" para a autogestão (desenvolvimento comunitário).

Devemos considerar aqui alguns fatores que ordem externa que se nos apresentaram como dificuldades iniciais para a implantação do Projeto - e conseqüentemente todo o seu atraso - que convergem para um único ponto: financeiro-burocrático. São eles:

- 1- demora do processo administrativo em Brasília para um projeto de emergência - lacunas no sistema de informação entre os níveis nacional e local do órgão;
- 2- extrema demora quanto ao repasse dos recursos iniciais (oriundos da Renda Indígena da castanha das próprias comunidades produtoras envolvidas) que se encontravam na 2ª Delegacia Regional, em Belém;
- 3- inclusão da comunidade Surui (PI Sororó) no Projeto de Emergência, o que acarretou o surgimento de problemas (já conhecidos desta Fundação) de limites de terras junto a comunidade, além de custos adicionais não previstos.

Fundamentalmente, os dois primeiros fatores estritamente de ordem burocrático-administrativa - e portanto externa - interferiram sobremaneira no desenvolvimento normal dos trabalhos, levando as comunidades a questionar o apoio que aguardavam.

A situação criada veio a entrar um processo que já havia sido desencadeado pela própria comunidade (especificamente dos Gaviões), a mudança estratégica quanto a forma de produção da castanha conforme explicitamos no referido Projeto de Emergência. Muitos dos elementos da comunidade (principalmente a chefia indígena) chegaram, diversas vezes a mencionar o fato de que tal "projeto" se mostrava praticamente desnecessário - fariam a safra sozinhos, uma vez que a comunidade havia rompido definitivamente com o esquema anterior de trabalho, imposto pelo DGPI e diretamente pela 2ª DR.

Inicialmente, para a comunidade, ao invés de significar a efetivação de um apoio esperado, a chegada de uma "coordenadora de projeto" em campo representava, mais uma vez, "as promessas da FUNAI", até então nunca concretizadas.

A situação culminou com um deslocamento imprevisto à Brasília, juntamente com o "capitão" Krokrenum, a fim de que determinados fatos fossem esclarecidos pelo próprio chefe Gavião.

Vencidas as dificuldades iniciais, começava uma outra etapa: a organização dos trabalhos pela comunidade. Assim, além daqueles fatores de ordem externa, despontavam outros, internamente a comunidade dos Gaviões de Mãe Maria nesta etapa

"referimo-nos aqui a certas "marcas", ainda recentes, de um processo que vinha sendo afirmado e estimulado com a manutenção da forma colonialista (e portanto arcaica) de produção de castanha e assistência indígena que levou, sem dúvida, a uma relativa distorção no modo de vida tradicional das comunidades indígenas - a imposição de um sistema de dominação-subordinação, com ênfase num sistema econômico baseado em termos monetários.

No caso - PI Mãe Maria, especificamente na aldeia localizada junto à sede, à beira da rodovia PA-70 - os "vícios" de uma forma de produção anterior e o grau de intercâmbio crescente com a sociedade de classes surgem na própria dinâmica desta fase de transição, crítica e estratégica para a comunidade, em termos de uma oposição básica de interesses explícitos: individualidade x coletividade expressos sob a forma de lucros (dinheiro) x benefícios comuns a todos (resultado do trabalho no "bolão", segundo eles).

Antevemos aqui, no próprio processo de produção como um todo, a possibilidade de emergência de formas originais de "desenvolvimento comunitário indígena", ou seja, a permeabilidade entre estes polos dinâmicos. A questão surgirá, a nosso ver, mais marcadamente nos momentos da distribuição e da circulação de lucros-benefícios pelas próprias comunidades (e para elas) após a safra da castanha.

O remanejamento dos recursos disponíveis para 1976 é apresentado adiante tendo em vista o surgimento de três variáveis que não foram consideradas no projeto apresentado, a saber:

- 1- inclusão de PI Sororó no mesmo projeto (já mencionado) - ver adiante;
- 2- o trabalho de castanheiros regionais "civilizados" na área (Mãe Maria), paratados pela própria comunidade, garantindo a integridade da reserva indígena de Mãe Maria durante esta época, evitando invasões para roubo de castanha;
- 3- manutenção dos Custos Indígenas - verba para reparo de viatura, motores, etc.

O ingresso da comunidade Surui (PI Sororó) no referido Projeto acarretou em custos adicionais não previstos originalmente. A liberação de recursos da Renda Indígena daquela comunidade não se efetou, uma vez que os prazos administrativos não permitiram tal medida, ao final do ano passado.

Mais uma vez, os atrasos burocráticos dificultaram o desenvolvimento normal dos trabalhos. A situação no Sororó era difícil, na medida em que, como é sabido, qualquer atitude arbitrária naquele PI quanto à produção indígena da castanha está diretamente relacionada para a comunidade com a questão dos limites definitivos de suas terras. Além disto, as condições de incomunicabilidade e abandono do PI Sororó - praticamente sem qualquer assistência efetiva, sem chefe de Posto, população subnutrida e doente - dificultava uma ação imediata e contínua de nossa parte.

Nossa ida ao PI Sororó finalmente dirimiu muitas dúvidas da comunidade quanto à efetivação da safra da castanha por eles mesmos'. Formou-se um consenso quanto ao fato de que, neste ano, os limites da área para a exploração indígena da castanha serão aqueles indicados no Decreto de interdição de área (temporariamente) de 1968, confinada a apenas 3.000 ha.

É imprescindível e de extrema urgência a execução do processo de ampliação e demarcação definitiva daquela área (já iniciado por esta Fundação), para o desenvolvimento de quaisquer atividades na quele PI, de interesse da comunidade.

Encontra-se atualmente junto à comunidade um único indivíduo responsável por toda e qualquer assistência aos Surui, o Sr. Luis Saraiva, recontratado pela FUNAI na categoria de "trabalhador braçal", sendo que o mesmo possui qualificação: é auxiliar de topografia e pedreiro. Embora descontente com a remuneração que percebe, (uma vez que exerce simultaneamente as funções de chefe de posto, atendente e braçal!), o Sr. Luis é uma pessoa bastante interessada e dedicada ao desenvolvimento da comunidade indígena. Altam-lhe reais condições de trabalho. Possui conhecimentos e experiência em práticas de enfermagem, agricultura e pecuária, além daqueles específicos de sua qualificação.

Seu entrosamento com a comunidade é extremamente positivo, o que é reconhecido pelos índios de modo bastante significativo, pois desde a saída do primeiro chefe do PI Sororó (seu fundador), instaurou-se o abandono da população indígena propriamente dita.

As roças individuais foram ampliadas e a comunidade pensa em formar uma roça coletiva para uma eventual comercialização de excedente, no próximo "verão".

O campo de pouso lá existente não está completado - deverá sê-lo também no próximo "verão", se houver disponibilidade de mão de obra e algum maquinário para tal. Encontram-se na área os materiais para construção da sede do PI e da escola (em alvenaria), desde as "pernas-mancas", passando pelo cimento(?) até as tintas. A sua construção efetiva será suspensa por enquanto, na medida em que existem outras prioridades. Além disso, não há mão de obra disponível no momento.

Outro problema existente diz respeito especificamente à atual via de acesso à área, a estrada de rodagem OP-2, do INCRA, que liga o km 47 da Transamazônica à São Geraldo, povoado pertencente ao município de São João do Araguaia. Os 7 km iniciais desta estrada foram abertos pela Prefeitura Municipal de São João do Araguaia até São Domingos. Os 21 seguintes, pelo proprietário particular Sr. Carlos Holanda, muito antes do início do projeto da OP-2 pelo INCRA, que efetivamente e realizou em apenas metade de sua extensão total.

Esta estrada se encontra em completo abandono naquela parte aberta pelo INCRA - é praticamente uma picada na mata - e estado de suas pontes é por demais precário, tornando-se intransitável durante o "inverno", época das cheias.

Desta maneira, o abandono do PI é ainda maior devido à inexistência de qualquer meio de transporte e de comunicação no Posto (o aparelho de fonia encontra-se em Belém, para reparo). Além disto, a ausência do novo chefe do PI Sororó, já nomeado (Sr. José Fontes, transferido do Maxacali) é inexplicável. Nesta época, o volume de trabalho existente e a necessidade de orientação segundo os objetivos do Plano Integrado de DC requerem a presença de um elemento responsável na área, permanentemente, exercendo funções de chefe de posto.

Voltamos a enfatizar aqui a questão de apoio efetivo da entidade, a níveis nacional e local (Delegacia Regional e Ajudância de Marabá) ao Projeto de Emergência, conforme mencionamos, no sentido de prover reais condições de trabalho, de acordo com os objetivos de um plano de desenvolvimento comunitário, cuja redução de autonomia implica em dificuldades de realização.

A colocação de que "as atividades do Projeto não podem prejudicar os trabalhos normais do chefe de Posto e nem da Ajudância", tal como nos foi apresentada pelo chefe da Ajudância de Marabá, também ordenador de despesas do Projeto (Port. 1021/P de 07/11/75) contém algumas indicações de algo contradição em seus princípios.

O trabalho do Técnico de Indigenismo, no caso o Sr. Saulo Patsan, sub-Coordenador do Projeto de Emergência, está diretamente vinculado às atividades mencionadas nos projetos de DC, que são elaboradas com vistas à melhoria de determinadas condições existentes, adaptação e eliminação de outras desfavoráveis. Especificamente, os objetivos de promoção à auto-gestão das comunidades indígenas são o denominador comum de nossos trabalhos. Não há motivo portanto para uma aparente divisão entre "atividades normais de chefe de posto" e aquelas ligadas a um projeto de desenvolvimento comunitário.

F.

PI Mãe Maria, 4/01/76

OBS.: os trabalhos pré-safra foram realizados: construção de pontes, mata-burros e limpeza de ramais. As comunidades prepararam-se para o início da coleta da castanha, a partir dos próximos dias. Seu nível de participação é total; as decisões são tomadas em última instância pelas comunidades e nesse trabalho se limita à orientação, especificamente, sem interferências, na medida do possível. O rearranjo de diversos elementos apresenta uma dinâmica específica na vida cotidiana dos grupos indígenas envolvidos nesta etapa de transição a que nos referimos no Projeto.